



COMITÊ TRIBUTÁRIO

# INCENTIVOS SUDENE E SUDAM

TRATAMENTO DAS RECEITAS DE CONSTRUÇÃO NO  
LUCRO DA EXPLORAÇÃO

realização  
**ABRACONEE**  
Associação Brasileira dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica



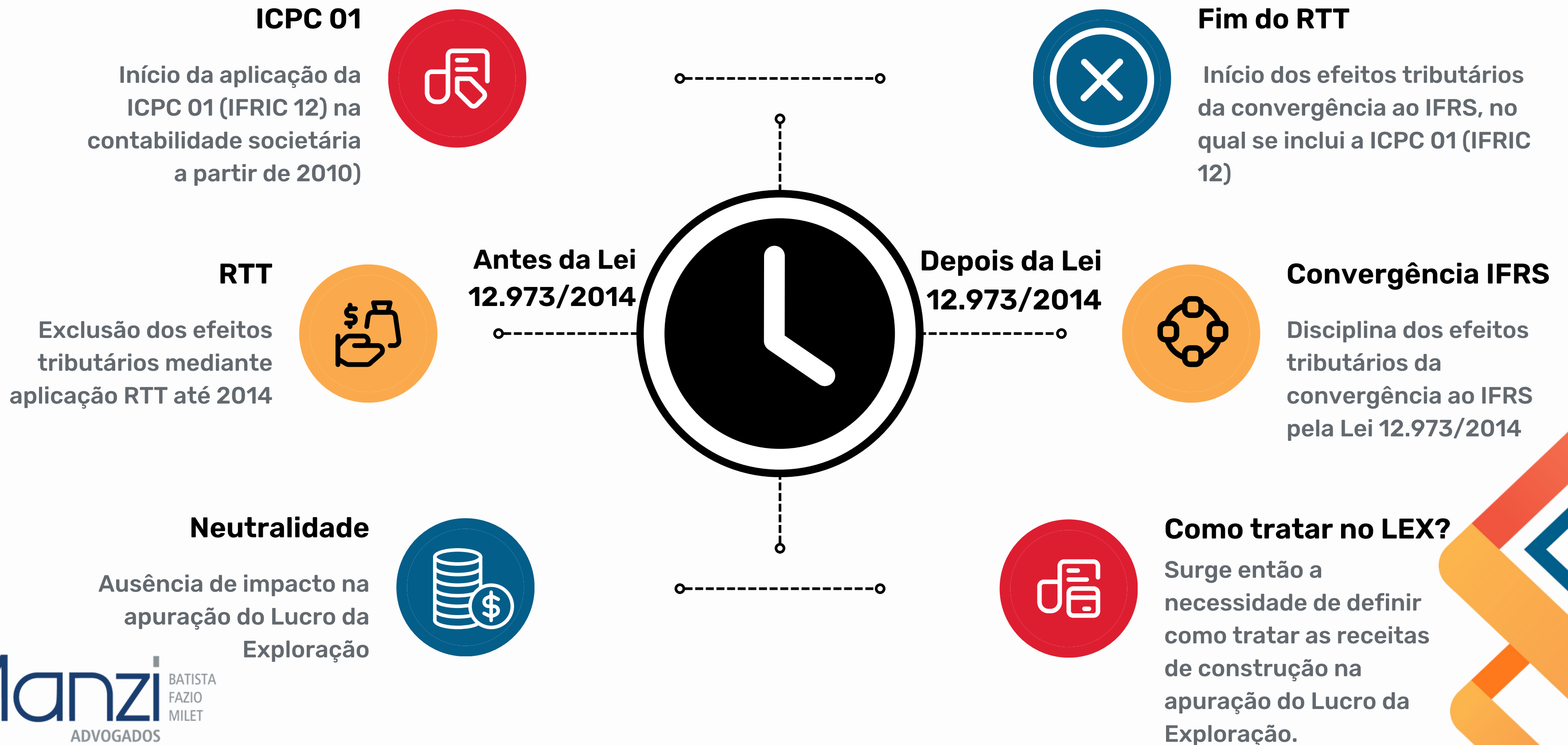




# OBJETO DA DISCUSSÃO

Qual o tratamento das **receitas de construção**, conforme previsão da ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05, na apuração do Lucro da Exploração, para cálculo dos incentivos fiscais SUDAM e SUDENE de redução do IRPJ?

# ORIGENS DA DISCUSSÃO







# QUESTIONAMENTO

Na apuração da proporção percentual entre as receitas incentivadas e o total das receitas, nos moldes do Parecer Normativo CST 49/1979 e do art. 62, §4º, da IN SRF 267/2002, as receitas de construção devem compor o total das:



Receitas **não incentivadas?**



Receitas **incentivadas?**



**Neutralizadas** (não constitui receita)?

# EFEITOS NA PROPORÇÃO DO LEX\*

## RECEITA LÍQUIDA HIPOTÉTICA DE UMA DISTRIBUIDORA

<b>Receita de Construção</b>	<b>250.000</b>
<b>Outras Receitas Incentivadas</b>	<b>600.000</b>
<b>Outras Receitas não Incentivadas</b>	<b>150.000</b>
<b>Total da receita</b>	<b>1.000.000</b>

\* Apuração do percentual do LEX, conforme metodologia proporcional do art. 62, §4º, da IN SRF nº. 267/2002

# EFEITOS NA PROPORÇÃO DO LEX\*

## CENÁRIO 01 - RECEITA NÃO INCENTIVADA

Receita incentivada	600.000	60%
Receita não incentivada (inclusas as de construção)	400.000	40%
Total da receita	1.000.000	

\* Apuração do percentual do LEX, conforme metodologia proporcional do art. 62, §4º, da IN SRF nº. 267/2002

# EFEITOS NA PROPORÇÃO DO LEX\*

## CENÁRIO 02 - RECEITA INCENTIVADA

Receita incentivada (inclusas as de construção)	<b>850.000</b>	<b>85%</b>
Receita não incentivada	<b>150.000</b>	<b>15%</b>
<b>Total da receita</b>	<b>1.000.000</b>	

\* Apuração do percentual do LEX, conforme metodologia proporcional do art. 62, §4º, da IN SRF nº. 267/2002

# EFEITOS NA PROPORÇÃO DO LEX\*

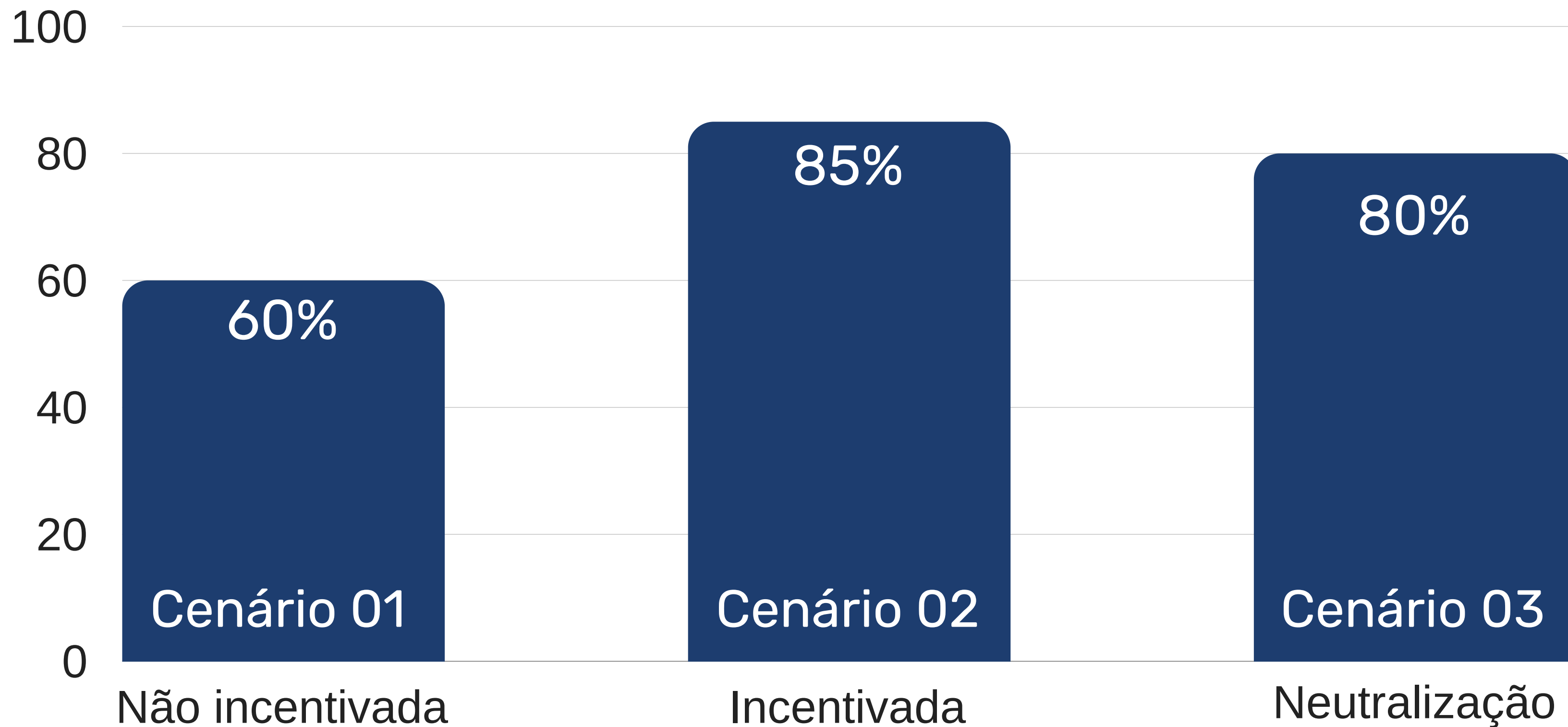
## CENÁRIO 03 - NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS

Receita incentivada	600.000	80%
Receita não incentivada	150.000	20%
<b>Total da receita</b>	<b>1.000.000</b>	

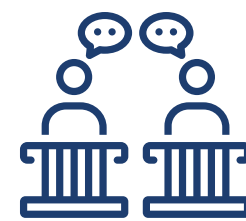
\* Apuração do percentual do LEX, conforme metodologia proporcional do art. 62, §4º, da IN SRF nº. 267/2002



# COMPARATIVO DA PROPORÇÃO DA RECEITA INCENTIVADA



# POR QUE DISCUTIR O ASSUNTO



Persistência da **polêmica** e assimetria de posicionamento entre as empresas do setor elétrico



**Ausência** até então de manifestações contundentes e/ou formação de posição dominante ou consolidada por parte da **RFB, CARF e Tribunais**



**Magnitude dos possíveis impactos**, tendo em vista o porte das empresas, dos incentivos em questão e da diferença percentual entre os possíveis cenários de enquadramento



# POR QUE DISCUTIR O ASSUNTO



**Contingências ativas ou passivas em potencial**, a depender da posição adotada pela empresa e aquela que venha a prevalecer no futuro.



**Possíveis gargalos** ou fragilidades vislumbrados no enquadramento das receitas de construção como receita **incentivada** na apuração do Lucro da Exploração (LEX)



Necessidade de **reflexão** sobre a pertinência dos fundamentos dos **demaís cenários, especialmente o de neutralização** das receitas de construção na apuração do LEX.



COMITÊ TRIBUTÁRIO



# IMPACTOS DA ICPC 01

## PREMISSAS CONCEITUAIS

### ANTES

#### Propriedade do Ativo



Infraestrutura construída, operada, mantida e financiada pelo próprio Poder Público.



**Formato de contabilização** estendido para as concessões de modo **anacrônico**, em descompasso com a essência da operação



### DEPOIS

#### Direito de Uso do ativo

Infraestrutura em **regime de concessão**. O concessionário não detém a propriedade nem o controle, mas apenas o direito de exploração por determinado prazo.

Aplicação do **princípio contábil da primazia da essência sobre a forma**, conforme CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico e Art. 1º da Resolução CFC 750/1993.

# IMPACTOS DA ICPC 01

## FASE DE CONSTRUÇÃO

### ANTES

#### Ativo Imobilizado / Propriedade

Gastos com construção, ampliação e/ou melhoria da infraestrutura registrado como Ativo Imobilizado sujeito a depreciação.



**Inexistia a previsão de Receitas de Construção** (não havia trânsito de receita no resultado).



**Ausência de substância econômico-financeira efetiva**, pois sequer havia trânsito no resultado, com remuneração centrada na Fase de Operação (tarifa)



### DEPOIS

#### a) Ativo de Contrato - CPC 47 / Direito de Uso:

- Ativo Intangível: Direito de cobrar e receber tarifa do usuário;
- Ativo Financeiro: Direito de receber pagamento ou indenização do Poder Concedente.



**b) "Custo de Construção"** como contrapartida aos gastos com construção, ampliação e/ou melhoria da infraestrutura.

**a)** Instituição da contabilização de **"Receitas de Construção"** na DRE, como contrapartida ao Ativo de Contrato (Intangível ou Financeiro).

**b) Natureza formal do registro** das Receitas de Construção, pois realizado antes da prestação do serviço e da realização da cobrança ao consumidor.



**Desprovida de substância econômico-financeira efetiva da Receita de Construção**, tendo em vista:

- a)** a natureza formal do registro;
- b)** a contabilização de Custo de Construção equivalente que tende a anular o efeito no resultado;
- c)** a remuneração permanecer centrada na Fase de Operação (tarifa)



# IMPACTOS DA ICPC 01

## FASE DE OPERAÇÃO

### ANTES

Ingresso efetivo de **Receitas Operacionais** (cobrança e recebimento de tarifa), em contrapartida à **depreciação do Ativo Imobilizado**.



**Momento de reconhecimento da receita pela concessionária**, pois antes não havia sequer a previsão de formalização de receita para a fase de construção.



**Presença de substância econômico-financeira** para fins tributários, em consonância com o regime jurídico das concessões de serviços públicos, que trata a construção como mera etapa instrumental, sem margem de lucro autônoma.



### DEPOIS

Ingresso efetivo de **Receitas Operacionais** (cobrança e recebimento de tarifa), em contrapartida à **amortização do Ativo de Contrato (Intangível ou Financeiro)**.



**Momento de caracterização da receita das concessionárias sob o ponto de vista tributário**, tendo em vista que as Receitas de Construção são um registro formal desprovido de efetivo conteúdo econômico-financeiro. Tanto que a Lei 12.973/2014 neutraliza seus efeitos fiscais



Idem ao regime jurídico anterior.





# CONSTATAÇÕES IMPORTANTES

## a) MESMAS FASES:

A manutenção da dualidade de fases (Construção e Operação) tanto no regime jurídico-contábil anterior quanto no posterior à ICPC 01;



## b) DIFERENÇA DE FORMA, MAS ESSÊNCIA EQUIVALENTE:

Apesar das diferenças apenas na forma da contabilização em cada uma das fases entre o regime anterior e o posterior à ICPC 01, manteve-se sistemática equivalente quanto ao momento de caracterização da substância econômico-financeira das receitas, que é meramente formal na Fase de Construção e se configura efetivamente apenas na Fase de Operação;

## c) REGIME JURÍDICO DE REMUNERAÇÃO DAS CONCESSÕES:

A concentração da substância e econômico-financeira na Fase de Operação é uma decorrência do próprio Regime Jurídico das Concessões de Serviços Públicos precedidas de Obra Pública, em observância ao art. 2º, III, da Lei 8.987/95 e ao art. 2º, §1º, alínea “a” da Lei 5.655/71.

# CONSTATAÇÕES IMPORTANTES

## d) AJUSTES DA LEI 12.973/2014:

Como consequência do caráter formal da Receita de Construção e da concentração a substância econômico-financeira na Fase de Operação, a Lei 12.973/2014 precisou prever ajustes para transpor o momento de tributação de tais receitas para o momento da operação, anulando seus efeitos fiscais na Fase de Construção. Cabe então verificar em que medida tais ajustes também abrangeram a apuração do Lucro da Exploração.

## e) MARGEM DE LUCRO TENDENTE A ZERO NA FASE DE CONSTRUÇÃO:

Em confirmação à ausência de substância econômico-financeira na Fase de Construção, a margem de Lucro desta é tendente a zero, tendo em vista **(1)** o seu caráter instrumental em relação à atividade-fim (distribuição / transmissão), **(2)** a contabilização simultânea de Custos de Construção que tendem anular o efeito das Receitas de Construção no resultado e **(3)** a ausência de previsão de uma remuneração autônoma para a Fase de Construção no regime jurídico das concessões de serviços públicos, quando precedidas de obras.





# EXEMPLO DE APURAÇÃO ISOLADA DA FASE DE CONSTRUÇÃO

Movimentação do Mês: em Curso			Capitalização: Ativo em Serviço (AIS)		
Conta	Descrição	Saldo Mês	Conta	Descrição	Saldo Mês
<b>Contabilidade Regulatória</b>			<b>Contabilidade Regulatória</b>		
1320319010	Intangíveis	10,00	1320311010	Intangíveis	5,00
1320319020	Terrenos	20,00	1320311020	Terrenos	5,00
1320319040	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	30,00	1320311040	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	40,00
1320319050	Máquinas e Equipamentos	100,00	1320311050	Máquinas e Equipamentos	40,00
1320319060	Veículos	40,00	1320311070	Movéis Utensílios	10,00
1320319190	A Ratear	50,00			
1320319940	Material Depósito	70,00			
1320319070	Movéis Utensílios	80,00			
<b>Total AIC</b>		<b>400,00</b>	<b>Total AIS</b>		<b>100,00</b>
<b>Contabilidade Societária</b>			<b>Contabilidade Societária</b>		
1320319010	Direito de Uso da Concessão (CS)	400,00	1320311010	(-) Direito de Uso da Concessão (CS)	70,00
			1215190105	(-) Direito de Uso da Concessão (CS)	30,00
<b>Total Intangível em Curso</b>		<b>400,00</b>	<b>Total Intangível e Financeiro</b>		<b>100,00</b>
<b>Total em Ativo em Curso (AIC)</b>		<b>400,00</b>	<b>Total Bifurcado em Serviço</b>		<b>100,00</b>

Receita e Construção =	AIC + CAP
Receita e Construção =	500,00

Contabilização	
<b>1 - Se valor total &gt; 0</b>	<b>Montante</b>
D 6153122505 Receita de Construção	500,00
C 6113191105 Custo de Construção	500,00
<b>2 - Se valor total &lt; 0</b>	
D - 6113191105 Custo de Construção	N/A
C - 6153122505 Receita de Construção	N/A



# INCONSISTÊNCIAS DO CENÁRIO 01: RECEITA NÃO INCENTIVADA

## a) CONTRARIA O ESCOPO DO INCENTIVO:

Os benefícios fiscais da SUDENE e SUDAM envolvem projetos de instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos nas áreas geográficas incentivadas, o que, no caso das distribuidoras ou transmissoras de energia elétrica, **contempla a construção atrelada à infraestrutura da rede elétrica**. Portanto, considerá-la não incentivada contraria o escopo do benefício.

## b) CONSTRUÇÃO INTEGRA A ATIVIDADE INCENTIVADA:

A fase de construção integra a atividade incentivada, já que a **distribuição ou transmissão de energia elétrica também envolve, naturalmente e por definição, a construção e/ou melhoria da infraestrutura** atrelada ao serviço.

# INCONSISTÊNCIAS DO CENÁRIO 01: RECEITA NÃO INCENTIVADA

## c) REDUZ ARTIFICIALMENTE A DIMENSÃO DO BENEFÍCIO:

As Receitas de Construção constituem um registro meramente formal na contabilidade, sem substância econômico-financeira, que ocorrerá apenas futuramente, na Fase de Construção. Logo, computá-las como receita não incentivada na proporção do LEX reduz artificialmente o benefício fiscal, em descompasso com a essência econômica dos fatos.

## d) PRUDÊNCIA EXCESSIVA:

As empresas que adotaram ou ainda adotam o enquadramento como receita não incentivada normalmente o fazem diante da ausência de um posicionamento consolidado da RFB, do CARF e Tribunais. Vislumbramos nisso, contudo, uma prudência excessiva, diante da carência de fundamentos jurídico-contábeis para tanto e da existência de razões mais consistentes para enquadramento como receita incentivada ou para neutralização dos efeitos no LEX.



# FUNDAMENTOS DO CENÁRIO 02: RECEITA INCENTIVADA

## a) NOMENCLATURA E LITERALIDADE:

Embora a nomenclatura e a literalidade não bastem por si sós para a definição da natureza tributária, a classificação contábil como “receita” pode ser tomada como um **ponto de partida em prol do enquadramento fiscal também como receita**, que neste caso seria incentivada, pelo fato de a fase de construção compor as atividades de distribuição e transmissão.

## b) CONSTRUÇÃO INTEGRA A ATIVIDADE INCENTIVADA:

A fase de construção integra a atividade incentivada, já que **a distribuição ou transmissão de energia elétrica também envolve, naturalmente e por definição, a construção e/ou melhoria da infraestrutura** atrelada ao serviço.



# FUNDAMENTOS DO CENÁRIO 02: RECEITA INCENTIVADA

## c) CONSONÂNCIA COM O ESCOPO DO INCENTIVO:

Os benefícios fiscais da SUDENE e SUDAM envolvem projetos de instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos nas áreas geográficas incentivadas, o que, no caso das distribuidoras ou transmissoras de energia elétrica, **contempla a construção atrelada à infraestrutura da rede elétrica**. Portanto, considerá-la incentivada converge com o escopo do benefício.

## d) ITENS DE COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA DO ART. 12 DO DECRETO-LEI 1.598/77:

A previsão do inciso IV do art. 12 do Decreto-Lei 1.589/77, que inclui na receita bruta outras receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas como venda de bens, prestações de serviço e operações de conta alheia, pode contribuir para o enquadramento das Receitas de Construção como incentivadas.

# POSSÍVEIS GARGALOS DO CENÁRIO 02: RECEITA INCENTIVADA

## a) PODE AMPLIAR ARTIFICIALMENTE A DIMENSÃO DO BENEFÍCIO:

As Receitas de Construção constituem um registro meramente formal na contabilidade, sem substância econômico-financeira, que ocorrerá apenas futuramente, na Fase de Construção. Logo, computá-las como receita incentivada na proporção do LEX pode ampliar artificialmente o benefício fiscal, em descompasso com a essência econômica dos fatos. Pode haver, portanto, um favorecimento indevido por parte do contribuinte.

## b) RISCO DE SOBREPOSIÇÃO OU DUPLICIDADE DO INCENTIVO:

Como os valores das Receitas de Construção terminarão compondo a tarifa da fase de operação e naquele momento serão tratadas como receita incentivada, computar os seus efeitos de modo incentivado também na fase de construção poderá ensejar um aproveitamento em duplicidade do benefício fiscal.





# POSSÍVEIS GARGALOS DO CENÁRIO 02: RECEITA INCENTIVADA

## c) ASSIMETRIA DE RESULTADOS ENTRE AS METODOLOGIAS SEGREGADA E PROPORCIONAL DE APURAÇÃO DO LEX:

Como a margem de lucro da fase de construção é tendente a zero, isso possivelmente ocasionaria a anulação dos efeitos das Receitas de Construção na base do LEX se fosse feita uma apuração segregada desta atividade. Na apuração proporcional, contudo, apenas a neutralização dos efeitos das Receitas de Construção (Cenário 03) traria uma anulação em moldes semelhantes, pois o enquadramento como receita incentivada tende a distorcer a dimensão do incentivo em favor do contribuinte.





# IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO SOBRE O CENÁRIO 03: NEUTRALIZAÇÃO

Receita Incentivada  
**GARGALOS**



+



# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: CRITÉRIO LÓGICO

## **a) AFASTAMENTO DE POSSÍVEIS DISTORÇÕES NA BASE DO LEX:**

A neutralização dos efeitos das Receitas de Construção na apuração do LEX possibilita o afastamento das distorções provocadas pelo enquadramento como receita não incentivada ou incentivada, que reduzem ou ampliam artificialmente o incentivo.



## **b) EQUIVALÊNCIA DE RESULTADOS DAS METODOLOGIAS SEGREGADA E PROPORCIONAL DE APURAÇÃO DO LEX:**

A neutralização também possibilita que a aplicação da metodologia de apuração proporcional do LEX atinja um resultado equivalente ao decorrente da margem de lucro tendente a zero da fase de construção na apuração segregada.

# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: CRITÉRIO SISTEMÁTICO

## a) COMPATIBILIDADE COM A NATUREZA MERAMENTE FORMAL DO REGISTRO CONTÁBIL DAS RECEITAS DE CONSTRUÇÃO:

A neutralização das receitas de construção na apuração do LEX permite que seus reflexos fiscais ocorram apenas na fase de operação, na cobrança da tarifa, o que se compatibiliza com a natureza meramente formal deste registro contábil.

## b) COMPATIBILIDADE COM O REGIME JURÍDICO DAS CONCESSÕES:

A concentração da substância e econômico-financeira na Fase de Operação é uma **decorrência do próprio Regime Jurídico das Concessões de Serviços Públicos precedidas de Obra Pública**, em observância ao art. 2º, III, da Lei 8.987/95 e ao art. 2º, §1º, alínea “a” da Lei 5.655/71. Portanto, os efeitos da neutralização são compatíveis com tal regime, pois ensejam a desconsideração das receitas na fase de construção e seu deslocamento para a fase de operação.





# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: CRITÉRIO CONCEITUAL

## a) ALINHAMENTO COM O CONCEITO DE RECEITA PARA FINS TRIBUTÁRIOS:

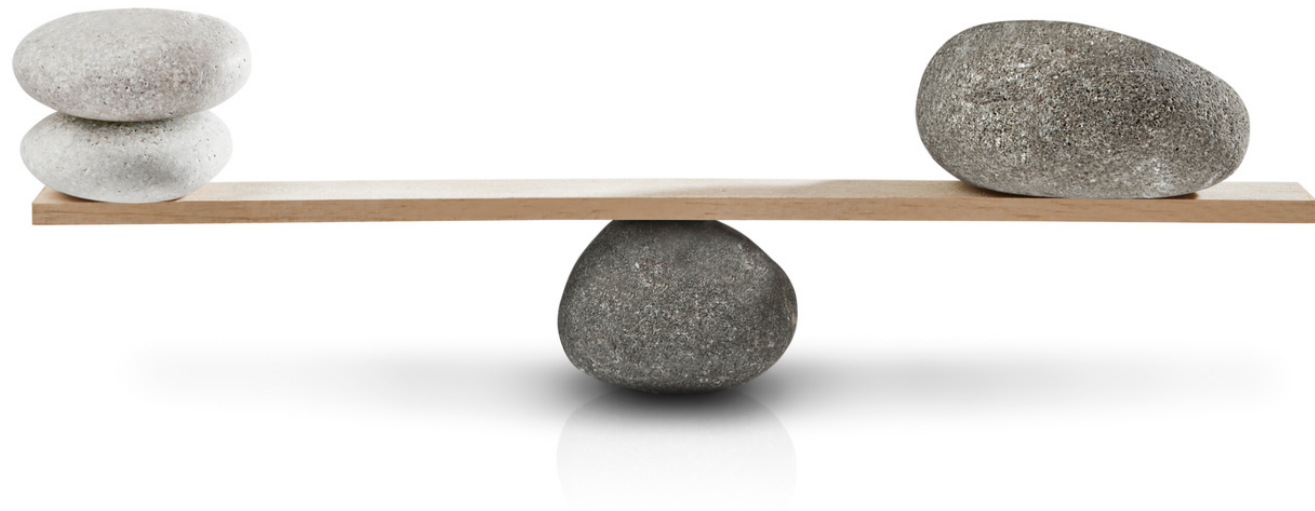
Embora possuam a nomenclatura de “receita” segundo os parâmetros da contabilidade societária, as Receitas de Construção não se enquadram no conceito tributário de receita, pois **não configuram um “ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições”**, conforme entendimento firmado pelo STF em sede de repercussão geral no RE 606.107/RS (Tema 283), que tratou de matéria análoga.



# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: CRITÉRIO PRINCIPIOLÓGICO

## a) CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA:

Como as Receitas de Construção são um registro contábil de natureza formal e sua substância econômico-financeira só ocorre na fase de operação, a neutralização dos seus efeitos na fase de construção se alinha com o princípio da capacidade contributiva (art. 145, §1º, da CF/88).



## b) HARMONIA COM O PRINCÍPIO DA PREPONDERÂNCIA DA ESSÊNCIA SOB A FORMA:

Como a substância econômica das Receitas de Construção só ocorre na fase de operação, a neutralização dos seus efeitos na fase de construção obedece ao princípio da preponderância da essência sobre a forma

# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: CRITÉRIO NORMATIVO

**A NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS DAS RECEITAS DE CONSTRUÇÃO PELA LEI 12.973/2014 TAMBÉM SE APLICA AO LUCRO DA EXPLORAÇÃO.**

*“Art. 35. No caso de contrato de concessão de serviços públicos em que a concessionária reconhece como receita o direito de exploração recebido do poder concedente, o resultado decorrente desse reconhecimento deverá ser computado no lucro real à medida que ocorrer a realização do respectivo ativo intangível, inclusive mediante amortização, alienação ou baixa”.*

[...]

*“Art. 36. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento”.*





# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: CRITÉRIO NORMATIVO

**A NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS DAS RECEITAS DE CONSTRUÇÃO PELA LEI 12.973/2014 TAMBÉM SE APLICA AO LUCRO DA EXPLORAÇÃO.**

a) **O propósito normativo dos arts. 35 e 36** (mesmo individualmente considerado), pela própria forma como está escrito, **não é voltado ao aspecto material** da incidência do IRPJ (de simples adições ou exclusões da base de cálculo), **mas sim ao seu aspecto temporal** (momento no qual deverá ser reconhecida a receita na apuração do IRPJ).

De fato, ao se observar o teor do dispositivo legal em questão, o que lá está determinado é apenas o deslocamento temporal da incidência tributária para fins de IRPJ, que é retirado do momento do reconhecimento contábil da Receita de Construção e colocado para o momento no qual “ocorrer a realização do respectivo ativo intangível, inclusive mediante amortização, alienação ou baixa”.



# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: CRITÉRIO NORMATIVO

**A NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS DAS RECEITAS DE CONSTRUÇÃO PELA LEI 12.973/2014 TAMBÉM SE APLICA AO LUCRO DA EXPLORAÇÃO.**

b) O Lucro Real e o Lucro da Exploração são diferentes apenas em relação às suas respectivas funções na apuração (base do imposto VS. base do incentivo) e aos seus filtros materiais (adições e exclusões de cada um), mas possuem uma base temporal comum (mesmo período).

Consequentemente, por razões lógicas e de coerência sistêmica, o deslocamento temporal do reconhecimento de uma determinada receita para fins tributários no âmbito do Lucro Real conduz logicamente ao seu deslocamento temporal também no Lucro da Exploração, pois a apuração do imposto devido (Lucro Real) e do incentivo que o reduz (Lucro da Exploração) devem ocorrer sobre a mesma base temporal dos fatos geradores de receitas para fins tributários. Isso porque, do contrário, ficaria distorcido ou esvaziado o próprio escopo de aplicação do incentivo.



# FUNDAMENTOS DA NEUTRALIZAÇÃO: FINALIDADE, MOTIVAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA (DO PRÓPRIO LEGISLADOR)

**A INTENÇÃO DE NEUTRALIZAÇÃO AMPLA DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS DAS RECEITAS DE CONSTRUÇÃO PELA LEI 12.973/2014 FOI CONFIRMADA PELO PRÓPRIO LEGISLADOR:**

Ao perceber as distorções lógicas, sistemáticas, conceituais e principiológicas que adviriam dos efeitos tributários do registro das receitas de construção na contabilidade societária em contrapartida ao Ativo Intangível ou Financeiro, o próprio legislador registrou expressamente a sua intenção de promover de forma ampla a neutralidade fiscal necessária para afastar e evitar tais distorções.

É o que se observa principalmente no item 45 da Exposição de Motivos do art. 34 da MP 627/2013, que posteriormente foi convertido nos arts. 35 e 36 da Lei 12.973/2014:

*“45. No caso de contrato de concessão de serviços públicos em que a concessionária reconhece como receita o direito de exploração recebido do poder concedente, **essa receita reconhecida na fase de construção ou melhoramento da infraestrutura com contrapartida em ativo intangível (direito de exploração) ocasionará antecipação de parte dos resultados do contrato. O caput do art. 34 visa afastar a tributação de IRPJ antes dos recebimentos financeiros.** O seu parágrafo único afasta a incidência do IRPJ sobre esses recebimentos financeiros, nos pagamentos mensais por estimativa”.*



# CONCLUSÕES

## a) CENÁRIO 01 – RECEITA NÃO INCENTIVADA:



Vislumbramos nesta opção uma prudência excessiva, diante da carência de fundamentos jurídico-contábeis para tanto e da existência de razões mais consistentes para enquadramento como receita incentivada ou para neutralização dos efeitos no LEX.

## b) CENÁRIO 02 – RECEITA INCENTIVADA:



Possui relevância e razoabilidade em seus fundamentos. Contudo, vislumbramos alguns gargalos e possibilidade de alguns questionamentos ou refutações por parte da Fazenda Pública, o que torna importante aprofundá-lo e refletir comparativamente quanto à adoção alternativa da neutralização (Cenário 03).

## c) CENÁRIO 03 – NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS NO LEX



Embora transcenda a literalidade da classificação contábil como receita para fins societários, parece-nos o cenário que conta com o maior grau de convergência com os múltiplos critérios interpretativos de aferição de validade dos seus fundamentos, o que lhe atribui um grau adicional de consistência em relação aos demais, especialmente enquanto ainda não há uma posição consolidada dos órgãos competentes (RFB) e da jurisprudência (CARF e Tribunais).

# Manzi

BATISTA  
FAZIO  
MILET

ADVOGADOS

OBRIGADO!

LUCAS BATISTA

lucas@manzi.adv.br  
(81) 9.9993-9203